

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO – UFMA
CENTRO DE CIÊNCIAS DE CODÓ – CCCO
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

ODAIR LIMA MACIEL

ENTRE TEORIAS E PRÁTICAS: A RELEVÂNCIA DA FORMAÇÃO DOCENTE NA
EDUCAÇÃO ESPECIAL EM PAUTA NA UNIDADE DE ENSINO FAUSTINA
ARAÚJO

CODÓ
2024

ODAIR LIMA MACIEL

ENTRE TEORIAS E PRÁTICAS: A RELEVÂNCIA DA FORMAÇÃO DOCENTE NA
EDUCAÇÃO ESPECIAL EM PAUTA NA UNIDADE DE ENSINO FAUSTINA
ARAÚJO

Monografia apresentada no Curso de Licenciatura em Pedagogia, da Universidade Federal do Maranhão-Campus de Codó, como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciado em Pedagogia.

Orientador: Prof. Dr. Aziel Alves de Arruda

CODÓ
2024

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

Lima Maciel, Odair.

ENTRE TEORIAS E PRÁTICAS: A RELEVÂNCIA DA FORMAÇÃO
DOCENTE NA EDUCAÇÃO ESPECIAL EM PAUTA NA UNIDADE DE ENSINO
FAUSTINA ARAÚJO / Odair Lima Maciel. - 2024.

39 f.

Orientador(a): Aziel Alves de Arruda.

Curso de Pedagogia, Universidade Federal do Maranhão,
Codó, 2024.

1. Educação Inclusiva. 2. Formação de Professores. 3.
Educação Especial. 4. . 5. . I. Alves de Arruda, Aziel.
II. Título.

ODAIR LIMA MACIEL

**ENTRE TEORIAS E PRÁTICAS: A RELEVÂNCIA DA FORMAÇÃO DOCENTE NA
EDUCAÇÃO ESPECIAL EM PAUTA NA UNIDADE DE ENSINO FAUSTINA
ARAÚJO**

Monografia apresentada ao curso de
Pedagogia do Centro de Ciências de Codó
- CCCO– UFMA, para obtenção do diploma
de Licenciatura em Pedagogia

Aprovada em _____ / _____ / _____

BANCA EXAMINADORA

Prof^o. Dr. Aziel Alves de Arruda
Orientador

Prof^a. Dra. Cristiane Dias Martins da Costa
1^o Examinador

Prof^a. Dra. Laíz Mara Meneses Macedo
2^o Examinador

AGRADECIMENTOS

A Deus, de todo o meu coração, por permitir a realização deste trabalho e por me conceder realizar os meus sonhos! Um novo ciclo se inicia, e sou extremamente grato por ter chegado até aqui. Muitas emoções já vivi, e sei o quanto fui forte para alcançar o lugar pelo qual sempre lutei. Hoje, ao olhar para a minha trajetória, percebo o quanto fui determinado, mesmo com algumas fraquezas ao longo do caminho, mas nunca me permiti desistir. Vivenciar tudo aquilo que sonhei e planejei me dá a certeza de que estou no caminho certo. Também sei que nada disso seria possível sozinho, por isso, agradeço a cada pessoa que, de alguma forma, me ajudou, incentivou, e me fez perceber o valor da família e dos amigos. Eles, com certeza, tiveram uma grande participação e sempre terão um espaço no meu coração e nas minhas lembranças.

Diante de tudo, não poderia deixar de expressar minha gratidão a Deus, que foi e é o elo principal da minha vida e da minha caminhada. Sem Ele, nada teria sentido. Sou imensamente grato por cada momento vivido que Ele me proporcionou. A Ele, toda honra e toda glória, agora e para sempre, amém!

Ao meu orientador e professor, Dr. Aziel Alves de Arruda, agradeço por ter acreditado na viabilidade e na realização deste trabalho.

Aos meus filhos, Arity Gabriel Sousa Maciel e José Adrian Magalhães Maciel, por trilharem essa trajetória comigo, acreditarem em mim e nunca soltarem a minha mão. Vocês são os meus maiores incentivadores e a razão de tudo.

A minha família, especialmente aos meus pais, Maria de Lourdes Lima Maciel e Aldair de Oliveira Maciel, que sempre estiveram ao meu lado, me mostraram que a educação é o melhor caminho, e compartilharam comigo a realização deste trabalho, um dos momentos mais felizes da minha vida. Eles me ensinaram valores importantes e contribuíram para a minha educação.

Aos meus irmãos, Francisca Lima Maciel, Antônio Lima Maciel, e, em especial, Joanete Lima Maciel, que foi minha maior incentivadora na realização deste sonho.

Aos meus colegas de turma, por todas as risadas, dificuldades, ajudas e inúmeras trocas que tivemos ao longo de nossa vida acadêmica, meu muito obrigado por cada momento memorável que vivemos durante esses quatro anos. A todos desta instituição (UFMA), que permitiram que eu chegasse aonde estou: gratidão!

RESUMO

A contemporaneidade presencia um avanço no reconhecimento e na valorização da educação inclusiva como uma questão primordial, tanto no meio acadêmico quanto na esfera social. No contexto brasileiro, essa discussão assume uma importância ainda maior, dada a presença de profundas desigualdades socioeconômicas e culturais. Portanto, a discussão sobre práticas pedagógicas inclusivas no Brasil não é apenas uma questão de justiça social, mas também um imperativo para o avanço e fortalecimento de nossa sociedade como um todo. Nesse contexto, a formação docente assume um papel para atender às demandas educacionais, especialmente no âmbito da Educação Inclusiva e Especial. Este estudo investiga a relevância da formação docente na área da Educação Inclusiva e Especial na unidade de ensino Faustina Araújo, localizado no Município de Timbiras - MA, buscando compreender as articulações teórico-práticas no contexto educacional contemporâneo. Baseado em metodologia com abordagens qualitativas e quantitativas, em que serão exploradas as principais correntes teóricas e práticas pedagógicas relacionadas à Educação Inclusiva e Especial, foi realizada uma pesquisa de campo quantitativa, por meio da aplicação de um questionário com os docentes, para investigar a percepção deles em relação à formação recebida e às práticas inclusivas desenvolvidas na unidade de ensino Faustina Araújo. Este estudo não apenas contribuirá para o avanço do conhecimento acadêmico sobre a formação docente na área da Educação Inclusiva e Especial, mas também poderá fornecer subsídios práticos para aprimorar as políticas e práticas educacionais voltadas para a inclusão escolar.

PALAVRAS-CHAVE: educação inclusiva; formação de professores; educação especial.

ABSTRACT

Contemporary times witness notable progress in the recognition and appreciation of inclusive education as a primary issue, both in academia and in the social sphere. In the Brazilian context, this discussion takes on even greater importance, given the presence of profound socioeconomic and cultural inequalities. Therefore, the discussion about inclusive pedagogical practices in Brazil is not only a matter of social justice, but also an imperative for the advancement and strengthening of our society as a whole. In this context, teacher training plays a role in meeting educational demands, especially within the scope of inclusive and Special Education. This study aims to investigate the relevance of teacher training in the area of Inclusive and Special Education at the Faustina Araújo teaching unit, located in the Municipality of Timbiras - MA, seeking to understand the articulations between theories and practices in the contemporary educational context, based on methodology with qualitative and quantitative approaches, where the main theoretical currents and pedagogical practices related to Inclusive and Special Education will be explored. Quantitative field research was carried out, through the application of a questionnaire with teachers, to investigate their perception in relation to the training received and the inclusive practices developed at the Faustina Araújo teaching unit. This study will not only contribute to the advancement of academic knowledge on teacher training in the area of inclusive and Special Education, but it will also be able to provide practical subsidies to improve educational policies and practices aimed at school inclusion.

KEYWORDS: inclusive education; teacher training; special education.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
2 PERCURSO METODOLÓGICO: UM CAMINHO A SER PERCORRIDO	10
3 FORMAÇÃO DOCENTE NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA e ESPECIAL	22
3.1 Educação Inclusiva: evolução e desafios	22
3.2 A educação inclusiva e a formação de professores/as	27
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	32
REFERÊNCIAS	35
APÊNDICE A - Questionário Professores	37

1 INTRODUÇÃO

A contemporaneidade tem testemunhado um significativo avanço no reconhecimento e na valorização da educação inclusiva como uma questão primordial tanto no âmbito acadêmico quanto no social. No contexto brasileiro, essa discussão adquire uma relevância ainda maior, dado o cenário marcado por desigualdades socioeconômicas e culturais profundas. Nesse contexto, torna-se imperativo promover práticas pedagógicas que não apenas reconheçam, mas que também celebrem a diversidade presente em nossas salas de aula, garantindo a todos/as os/as alunos/as oportunidades igualitárias de aprendizado e desenvolvimento.

Souza (1999) aborda a questão da inclusão educacional, ressaltando não apenas a importância de proporcionar oportunidades efetivas de acesso para alunos com necessidades educacionais especiais, mas também de garantir o direito desses alunos de permanecer na escola e participar plenamente do processo de ensino-aprendizagem. O autor destaca que

[...] ainda que estejamos imersos no discurso oficial e hegemônico da inclusão, é necessário discutir o risco da destruição das diferenças no contexto escolar, próprios das políticas não-críticas de promoção de igualdade de direitos, que reduzem o complexo processo de inclusão social à experiência da educação escolar, entendida como mera proximidade física dos “diferentes” com aqueles ditos “normais” (Souza, 1999, p.).

A busca incessante por estratégias educacionais que abarquem a multiplicidade de perfis e necessidades dos alunos reflete uma conscientização crescente sobre a importância de uma sociedade verdadeiramente inclusiva. A educação inclusiva não se trata apenas de adaptar o ambiente escolar para receber estudantes com deficiência, mas sim de repensar todo o sistema educacional de modo a garantir que cada indivíduo, independentemente de suas características, tenha acesso a uma educação de qualidade. Portanto, a discussão sobre práticas pedagógicas inclusivas no Brasil se torna não apenas uma questão de justiça social, mas também um imperativo para o avanço e o fortalecimento de nossa sociedade como um todo.

Nesse cenário, a formação de professores torna-se um elemento fundamental para o efetivo atendimento às demandas educacionais, especialmente no âmbito da Educação Especial. Este trabalho propõe-se a investigar a relevância da formação de professores na área da Educação Especial na unidade de ensino Faustina Araújo, buscando compreender as articulações entre teorias e práticas no contexto educacional contemporâneo.

A unidade de ensino Faustina Araújo emerge como espaço privilegiado para o desenvolvimento dessa pesquisa, uma vez que se destaca pelo seu compromisso com a inclusão e pela sua trajetória na formação dos/as professores/as para atuarem na Educação Especial. Diante desse contexto, faz-se necessário compreender de que maneira as teorias e práticas são articuladas nesse ambiente, visando contribuir para a construção de práticas pedagógicas mais inclusivas e eficazes.

Para alcançar esse objetivo, foi adotada uma metodologia de abordagens qualitativas. Contribuído com a pesquisa foi realizado um levantamento bibliográfico para fundamentar teoricamente o estudo, analisando as principais correntes teóricas e práticas pedagógicas relacionadas à Educação Especial. Além disso, será realizada uma pesquisa de campo, por meio da aplicação de um questionário, a fim de investigar a percepção dos/as professores/as em relação à formação recebida e às práticas inclusivas desenvolvidas na unidade de ensino Faustina Araújo.

Esse estudo não apenas contribuirá para o avanço do conhecimento acadêmico sobre a formação de professores na área da Educação Especial, mas também poderá fornecer subsídios práticos para aprimorar as políticas e práticas educacionais voltadas para a inclusão escolar. Ao compreendermos melhor as articulações entre teorias e práticas no contexto específico da unidade de ensino Faustina Araújo, poderemos identificar desafios e oportunidades para promover uma educação mais inclusiva e de qualidade para todos os/as alunos/as.

A pesquisa em questão não se restringe apenas ao âmbito acadêmico, mas também possui implicações profundas no contexto social e político. Ao destacar a importância do acesso equitativo à educação para todas as pessoas, independentemente de suas habilidades ou características, ela se posiciona como um instrumento fundamental nas lutas por direitos e reconhecimento das pessoas com deficiência. Em um mundo onde as desigualdades ainda persistem, garantir que todos tenham acesso à educação é um passo na construção de uma sociedade mais justa e inclusiva. Além disso, o estudo em questão também lança luz sobre a formação de professores na área da Educação Especial, uma questão de extrema relevância para a efetivação de práticas pedagógicas inclusivas. Dessa forma, a pesquisa não apenas enriquece o debate acadêmico, mas também oferece ferramentas tangíveis para a transformação social.

2 PERCURSO METODOLÓGICO: UM CAMINHO A SER PERCORRIDO

Quanto ao instrumento de coleta de dados, utilizou-se um questionário composto por cinco questões. O uso do questionário foi escolhido com o intuito de investigar detalhadamente como as necessidades formativas e as concepções de inclusão se manifestam na escola, influenciando as práticas de educação de alunos/as com deficiências. Este questionário abordou aspectos relacionados às atividades pedagógicas e à formação docente de cada participante da pesquisa. O objetivo principal foi traçar um perfil detalhado do corpo docente da Unidade de Ensino Faustina Araújo, que fica localizada a rua Prefeito Paulo Soares, centro, S/Nº, no Município de Timbiras - MA, levantando informações coletadas para serem analisadas. Entre as questões exploradas estavam questões sobre a formação docente, experiências prévias no ensino para pessoas com deficiência, preferências em relação à diversidade, entre outros aspectos relevantes.

Dessa forma, foi possível capturar não apenas os aspectos tangíveis das práticas de inclusão, mas também as dinâmicas subjacentes, às atitudes dos docentes, a cultura escolar e outros fatores que moldam a implementação efetiva da educação inclusiva.

Essa pesquisa adotou uma abordagem qualitativa, esta metodologia foi escolhida com o intuito de investigar detalhadamente como as necessidades formativas e as concepções de inclusão se manifestam na escola. Godoy (1995) define de forma clara a pesquisa qualitativa.

A pesquisa qualitativa não procura enumerar e/ou medir os eventos estudados, nem emprega instrumental estatístico na análise dos dados. Parte de questões ou focos de interesses amplos, que vão se definindo à medida que o estudo se desenvolve. Envolve a obtenção de dados descritivos sobre pessoas, lugares e processos interativos pelo contato direto do pesquisador com a situação estudada, procurando compreender segundo a perspectiva dos sujeitos, ou seja, dos participantes da situação em estudo (Godoy, 1995, p. 58)

Ao adotar o uso do questionário como método de pesquisa, o mesmo nos proporciona percepções sobre como os docentes lidam no dia escolar com os/as alunos/as com deficiências e se já participaram de formações docentes voltadas para Educação Inclusiva e Especial. Essa abordagem permitiu uma análise em profundidade das práticas pedagógicas, das políticas institucionais, das interações entre alunos e professores, bem como das percepções e expectativas dos diversos atores envolvidos no processo educacional.

Com foco nas respostas obtidas através da aplicação do questionário, o que possibilitou uma compreensão abrangente e global das dinâmicas de inclusão na escola investigada. Ao integrar teoria e prática com exemplos voltados para Educação Inclusiva e Especial, essa abordagem contribui para o avanço do conhecimento sobre os desafios e as oportunidades relacionados à promoção de uma educação significativa, fornecendo subsídios importantes para o aprimoramento das políticas e práticas educacionais (André, 1995).

As contribuições de Magalhães (2005) e Mendes (2009) oferecem ideias importantes sobre os desafios enfrentados pela área da educação especial e as diferentes perspectivas teóricas que podiam informar a prática e a pesquisa nesse campo. Ao integrar essas referências, a presente pesquisa buscou ampliar o conhecimento existente e contribuir para o desenvolvimento de abordagens mais inclusivas e contextualizadas na área da educação especial.

A fase de observação de campo foi conduzida de maneira direta, como parte integral da pesquisa já realizada. É importante ressaltar que, em uma abordagem qualitativa como a empregada neste estudo, a observação não se tratou de um momento de imersão completa no campo, mas sim de uma construção do distanciamento necessário. Este distanciamento permitiu uma visão mais objetiva e crítica do contexto investigado, especialmente considerando que o campo de pesquisa foi a própria escola onde o pesquisador atua como docente.

Destaca-se que esta pesquisa se direciona aos/as professores/as, explorando suas formações e concepções em relação à Educação Inclusiva. A observação, alinhada aos princípios propostos por André (2005), proporcionou uma compreensão mais profunda do contexto no qual circulam as concepções e surgem as necessidades formativas dos/as professores/as.

Portanto para a realização da pesquisa de campo e obtenção da coleta de dados, foram entrevistados dez professores/as da unidade de ensino Faustina Araújo, para a obtenção de informação quanto a sua formação, como demonstra a tabela abaixo:

Tabela A – Características dos Participantes

Item analisado	N	%
Formação		
Graduação	10	100%
Especialização	10	100%
Faixa Etária		
18-29	-	-
30-39	1	10%
40-49	6	60%
Acima de 50	3	30%
Tempo de Atuação Profissional		
01 - 09	1	10%
10- 19	6	60%
20 -29	3	30%
Acima de 30	-	-

Fonte: Elaboração do autor com base nos dados da pesquisa, 2024.

Diante das informações obtida, observa que a faixa etária da idade dos docentes varia entre 30 a 60 anos, no entanto, outro ponto importante das informações coletada que 90% dos docentes tem mais 10 anos de atuação em sala de aula e apenas 10% está a baixa dos 10 anos de atuação como mostra a tabela acima. Com tudo não podemos deixa de cita que 100% dos docentes tem Graduação e Especialização, porém, entretanto, todavia vale-se salientar que durante a entrevista 60% dos docentes tem formação em ciências humanas, já 20% em ciências naturais e apenas 20% dos docentes com formação em pedagogia, onde 10% tem especialização em psicopedagogia, outros 10% conta com especialização em educação infantil enquanto que os demais, ou seja, 80% dos docentes contam com aprofundamento em outra área da educação, porém nenhuma em educação especializada inclusiva.

Após observar os dados coletados sobre a formação acadêmica dos/as professores/as partimos para a análise e discussão das respostas obtida no questionário aplicado aos mesmos.

1. Você tem ou já teve algum aluno com alguma deficiência?

PROFESSOR (A)	RESPOSTA
A	Sim
B	Sim
C	Não
D	Sim
E	Sim
F	Sim
G	Sim
H	Sim
I	Sim
J	Sim

Tabela 1 – Participantes da pesquisa (professores/as)

Fonte: Elaborado pelo autor a partir do estudo realizado.

2. Você já participou de alguma formação docente para educação especial ofertada pela escola a qual você faz parte? O que você sugere?

PROFESSOR (A)	RESPOSTA
A	Sim, que a cada uma vez ao mês tenha formação
B	Não, que tenha uma formação adequada para facilitar um bom desempenho em sala de aula.
C	Não
D	Não, palestra sobre o tema e oficinas com confecção de materiais didáticos.
E	Não, que tenha o mínimo de preparo para os profissionais e que esse aluno especial tenha um ambiente digno para recebê-lo.
F	Não, que tenha formação adequada para melhorar a inclusão no ambiente.
G	Não, que sejam feitos acompanhamentos periódicos por parte da supervisão pedagógica.
H	Não, que a escola faça um levantamento das crianças com necessidade especiais e após esse levantamento faça um estudo de como trabalhar com essas crianças.

I	Sim, uma vez, a sugestão é que tenha mais formação, pois o cenário é desafiador para o professor.
J	Não

Tabela 2 – Sujeitos partícipes da pesquisa (professores/as)

Fonte: Elaborado pelo autor a partir do estudo realizado.

Podemos observar uma variedade de perspectivas e sugestões em relação à importância da formação acadêmica e especializada em educação especial. A maioria dos/as professores/as responderam "não", indicando que não participaram de formações docentes específicas para educação especial oferecidas pela escola. As respostas aqui apresentadas refletem uma necessidade por maior preparo e capacitação para lidar com as necessidades dos alunos/as com algum tipo de deficiência. Dentre as sugestões apresentadas, destacam-se a necessidade de formações regulares, palestras, oficinas práticas, acompanhamentos periódicos e levantamentos de crianças com necessidades especiais na escola.

Por outro lado, alguns professores/as (30%) afirmaram ter participado de alguma formação voltada para Educação Inclusiva e Especial, mas também expressaram a necessidade de mais oportunidades nesta questão. Suas sugestões incluem a realização de formações mais frequentes e abrangentes, reconhecendo os desafios enfrentados pelos professores em um cenário cada vez mais diversificado e inclusivo.

Em geral, as respostas dos/as professores/as refletem uma conscientização sobre a importância da formação acadêmica e especializada em educação especial para melhorar a inclusão e promover o sucesso acadêmico de todos os alunos, incluindo aqueles com deficiência. Essas respostas também apontam para a necessidade de um compromisso institucional mais forte com a formação contínua dos professores e o desenvolvimento de políticas e práticas que valorizem a diversidade e a inclusão nas escolas.

Portanto, a análise das respostas dos/as professores/as evidencia a relevância da formação docente em educação especial e destaca a importância de oferecer oportunidades contínuas de capacitação para os professores, a fim de melhor atender às necessidades dos alunos com deficiência e promover uma educação inclusiva e de qualidade para todos.

3. Você já participou de alguma formação docente para educação especial ofertada pela secretaria de educação do município ao qual você faz parte? Como você acha que deveria ser ofertado por parte da secretaria de educação do município a formação docente para educação especial?

PROFESSOR (A)	RESPOSTA
A	Sim, que durante todo o ano tivesse formação, pois a necessidade é grande devido a quantidade de alunos especiais.
B	Sim, que todo o ano tivesse uma formação continuada, assim poderia melhorar o desempenho do professor em sala de aula.
C	Não, é preciso a garantia de uma formação de qualidade para os profissionais.
D	Sim, através da formação continuada, simpósio e palestras.
E	Não, pelo menos com palestras já que não tem uma formação adequada.
F	Não, deveria ter pelo menos orientação, palestras e materiais.
G	Sim, com oficinas práticas para serem desenvolvidas em sala de aula.
H	Sim, já participei de uma capacitação para educação especial.
I	Sim, deveria ser ofertada com mais frequência, devido aos desafios na sala de aula.
J	Sim, uma formação continuada com preparação de materiais (como oficinas).

Tabela 3 – Sujeitos partícipes da pesquisa (professores/as)

Fonte: Elaborado pelo autor a partir do estudo realizado.

A tabela acima nos mostra a realidade apresentada pelos/as docentes em relação à oferta de formação em Educação Inclusiva e Especial por parte da Secretaria de Educação do município.

A maioria dos/as professores/as respondeu "sim" à primeira parte da pergunta, indicando que participaram de formações específicas para Educação Inclusiva e Especial ofertadas pela Secretaria de Educação do Município de Timbiras

- MA. No entanto, algumas dessas respostas sugerem a necessidade de garantir uma formação de qualidade para os profissionais, enfatizando a importância de uma oferta contínua e abrangente no que tange o assunto.

Já os/as professores/as que responderam "não" apresentaram uma variedade de sugestões em relação à forma como a formação docente para Educação Inclusiva e Especial deveria ser ofertada pela Secretaria de Educação. Entre as sugestões destacadas estão: formação continuada ao longo do ano, realização de palestras, simpósios e oficinas práticas, orientações e preparação de materiais.

Essas respostas refletem a necessidade percebida pelos/as professores/as de uma oferta mais abrangente e diversificada de capacitação em educação especial por parte da Secretaria de Educação. Elas também apontam para a importância de uma formação continuada e contextualizada, que atenda às necessidades específicas dos professores e contribua para melhorar o desempenho em sala de aula e a inclusão dos alunos com deficiência.

Portanto, à questão sobre a oferta de formação docente em educação especial pela Secretaria de Educação destaca a necessidade de uma abordagem mais abrangente, contínua e prática, que valorize as demandas e os desafios enfrentados pelos professores no contexto da inclusão escolar.

4. Qual a importância de uma formação significativa e continuada para os professores, no que se refere a educação inclusiva e educação especial?

PROFESSOR (A)	RESPOSTA
A	Cada dia que passa surgem novas perspectivas e situações, por isso os professores devem estar preparados para novos conhecimentos.
B	A necessidade de estar preparado para se trabalhar diante desse público. Para melhor desempenho em seu trabalho.
C	A cada dia que passa surgem novas perspectivas e situações. Se constitui como espaço de fortalecimento.
D	É de suma importância para direcioná-lo em suas práticas pedagógicas.
E	Sendo capacitado, esse profissional saberá lidar com essa criança.

- F** O profissional se sente mais seguro e o aluno melhor aprendiz.
- G** A conscientização do trabalho a ser desenvolvido com o público-alvo. Não o aluno que tem que se adaptar a aprendizagem, a aprendizagem que tem que ser planejada dentro das necessidades dos alunos.
- H** É importante uma formação sobre a educação inclusiva e educação especial, pois o número de crianças com necessidades especiais está aumentando a cada ano.
- I** Através de formação continuada o professor pode atender as necessidades individuais de cada aluno especial.
- J** Para nos preparar melhor para receber e trabalhar com crianças especiais.

Tabela 4 – Sujeitos partícipes da pesquisa (professores/as)
Fonte: Elaborado pelo autor a partir do estudo realizado.

Observando as respostas apresentadas pelo/as docentes o qual nos leva a uma série de reflexões e considerações sobre a relevância dessa formação para o desempenho profissional e para o sucesso dos/as alunos/as com deficiência.

As respostas reforçam a necessidade dos docentes de estarem preparados/as para lidar com as novas perspectivas e situações que surgem a cada dia, enfatizando a importância de um constante aprimoramento profissional para melhor atender às demandas do público-alvo. Além disso, as respostas ressaltam que uma formação significativa e continuada é essencial para direcionar as práticas pedagógicas dos professores, tornando-os mais seguros e capacitados para lidar com as crianças com necessidades especiais em sala de aula.

Outro ponto abordado pelas respostas é a importância de uma formação que leve em consideração as necessidades individuais de cada aluno deficiente, possibilitando ao/as docentes atender de forma mais eficaz e inclusiva às suas necessidades educacionais. Além disso, algumas respostas enfatizam a necessidade de conscientização sobre o trabalho a ser desenvolvido com o público-alvo, destacando que é a aprendizagem que deve ser planejada de acordo com as necessidades de cada aluno.

Essas respostas refletem uma compreensão abrangente da importância da formação significativa e contínua para os professores em relação à Educação Inclusiva e Especial. Elas evidenciam a necessidade de uma preparação adequada para lidar com a diversidade presente nas salas de aula e para promover uma educação de qualidade para todos os/as alunos/as, independentemente de suas deficiências e necessidades individuais.

5. Quais as contribuições uma formação docente para educação inclusiva e educação especial podem lhe acrescentar melhorias no seu trabalho pedagógico na sala de aula?

PROFESSOR (A)	RESPOSTA
A	As formações ajudam a identificar os alunos com deficiências física e mental e como lidar com elas e fazer a inclusão com os outros alunos, identificar quais são suas barreiras que limitam a sua aprendizagem, a fim de que eles consigam ter um aprendizado com as mesmas condições do restante da turma.
B	É preparar o professor para uma situação que surge a cada dia em relação a educação inclusiva e especial de maneira que ele desenvolva ações que sejam bem aproveitadas pelos estudantes.
C	Implica os desenvolvimentos de ações, visando às medidas de acesso ao currículo, para que ele possa ser desenvolvido de maneira efetiva em sala de aula e atender as necessidades individuais de todos os estudantes.
D	Contribui na melhoria da didática em sala de aula desenvolvida pelos professores contribuindo de forma direta no processo ensino-aprendizagem dos alunos com necessidade especiais.
E	Sabedoria e conhecimento.
F	Aprendizado, segurança, melhor desenvolvimento de ensino-aprendizagem para o público em questão.

- G** A necessidade de estar preparado para fazer um bom trabalho, diante das dificuldades existentes no nosso dia a dia em sala de aula. Combater o preconceito existente dentro das escolas não só por parte dos alunos, como também dos professores que não se sentem preparados para desenvolver um trabalho digno com esses alunos especiais.
- H** As contribuições são inúmeras, pois sabereis como trabalhar com cada tipo de necessidade especial. Eu já fiz uma capacitação em educação especial e sei que os professores podem identificar a criança com necessidade especiais, mas é necessária uma equipe de profissionais para diagnosticar o tipo de necessidade que a criança tem para assim se ter um laudo o que deveria ter na secretaria de educação ou no município é essa equipe de profissionais para ajudar os professores no trabalho com essas crianças. Pois não adianta só matricular essas crianças com necessidades especiais se não tem como desenvolvê-las, simplesmente está na escola só para socializá-las, como é o que acontece em alguns casos.
- I** Preparar o professor para situações que surgem cada dia mais sobre a educação inclusiva e educação especial.
- J** De grande importância pois é uma preparação para todos os professores saberem lidar com a diversidade existente entre alunos. Incentivar atividades de enriquecimento curricular através dessas formações ficaremos preparados para educar os alunos especiais.

Tabela 5 – Sujeitos partícipes da pesquisa (professores/as)

Fonte: Elaborado pelo autor a partir do estudo realizado.

De acordo com as respostas apresentadas podemos identificar uma série de pontos-chave sobre como essa formação pode impactar positivamente o trabalho dos/as docentes na sala de aula. Muitas respostas enfatizam a importância da formação para identificar e lidar com as necessidades específicas dos alunos com deficiência para promover sua inclusão efetiva na sala de aula. Além disso, destacam

a importância de desenvolver ações que garantam o acesso ao currículo de forma efetiva, atendendo às necessidades individuais de cada aluno.

Outro aspecto ressaltado é a contribuição da formação para melhorar a didática em sala de aula, o que conseqüentemente impacta o processo de ensino-aprendizagem dos alunos com necessidades especiais. A preparação dos professores para lidar com as dificuldades e desafios do dia a dia em sala de aula também é mencionada como uma contribuição importante da formação.

Além disso, algumas respostas apontam para a necessidade de combater o preconceito existente dentro das escolas, tanto por parte dos alunos quanto dos próprios professores, e ressaltam a importância de uma equipe multidisciplinar para diagnosticar as necessidades específicas dos alunos e oferecer o suporte necessário para seu desenvolvimento.

Em suma, as respostas dos professores refletem uma compreensão abrangente da importância da formação em educação inclusiva e especial para aprimorar o trabalho pedagógico na sala de aula. Elas evidenciam a necessidade de preparar os professores para lidar com a diversidade dos alunos e garantir que todos tenham acesso a uma educação de qualidade, independentemente de suas necessidades individuais.

A pesquisa foi conduzida em três fases distintas. Inicialmente, realizamos uma rápida observação do ambiente, seu funcionamento e atividades diárias, mantendo uma postura distanciada como docente e nos aproximando como pesquisador. Além disso, consultamos alguns documentos da escola e conversamos com os/as docentes, equipe gestora, entre outros. Na segunda etapa, solicitamos que os/as docentes preenchessem os questionários individualmente na presença do pesquisador e que não era necessário se identificar permitindo assim total anonimato dos participantes.

A partir desse estudo prático, é possível perceber que os professores da Unidade de Ensino Faustina Araújo demonstram estar conscientes da importância da formação contínua e significativa em Educação Inclusiva e Especial.

Eles reconhecem os desafios e a complexidade do trabalho pedagógico em um ambiente diversificado, onde alunos com diferentes necessidades coexistem na mesma sala de aula. Além disso, evidenciam uma disposição para aprender e se capacitar, buscando estratégias e recursos que possam melhorar sua prática docente.

A discussão sobre os desafios enfrentados pelos/as professores/as no contexto da Educação Inclusiva e Especial é de extrema relevância no cenário

educacional contemporâneo. Ao analisar os pontos positivos e negativos evidenciados pelas respostas dos/as docentes da Unidade de Ensino Faustina Araújo, podemos compreender melhor as nuances dessa temática e suas implicações para a prática pedagógica.

A consciência da importância da formação é um aspecto fundamental destacado pelos/as docentes. Eles/as reconhecem que uma formação continuada voltada para Educação Inclusiva e Especial é essencial para aprimorar suas práticas pedagógicas e atender às necessidades dos alunos com deficiência. Essa conscientização reflete um compromisso com a qualidade do ensino e o desenvolvimento integral de todos/as os/as alunos/as.

Outro ponto positivo é a preocupação genuína dos/as docentes com a inclusão dos alunos com deficiência. Suas respostas demonstram um esforço para buscar estratégias que garantam a participação ativa desses/as alunos/as na sala de aula e promovam seu crescimento acadêmico e social. Essa atitude reflete o comprometimento dos/as docentes com os princípios da equidade e da diversidade no ambiente escolar.

Além disso, muitos/as professores/as demonstram disposição para aprender e se capacitar, sugerindo a realização de formações regulares e o desenvolvimento de ações práticas para enfrentar os desafios da Educação Inclusiva e Especial. Essa disposição para o aprendizado contínuo evidencia uma postura profissional proativa e comprometida com o aprimoramento constante.

No entanto, também é importante destacar os pontos negativos identificados nas respostas apresentados/ as pelos/as docentes. Uma parcela significativa indicou não ter participado de formações específicas em Educação Inclusiva e Especial oferecidas pela escola ou pela Secretaria de Educação do município. Isso revela uma lacuna na preparação desses/as docentes para lidar com a diversidade na sala de aula, o que pode comprometer a qualidade da educação ofertada aos/as alunos/as com deficiência.

Outro ponto negativo é a existência de preconceitos e estigmas em relação aos/as alunos/as com deficiência, tanto por parte dos/as outros/as alunos/as quanto dos/as docentes. Essa constatação ressalta a necessidade urgente de uma conscientização e sensibilização sobre as questões da inclusão e do combate ao preconceito dentro do ambiente escolar. A falta de uma cultura inclusiva pode criar barreiras para o pleno desenvolvimento dos/as alunos/as e prejudicar seu acesso a uma educação de qualidade.

3 FORMAÇÃO DOCENTE NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA e ESPECIAL

3.1 Educação Inclusiva: evolução e desafios

Atualmente, é imprescindível que a educação seja acessível a todos, sem exceção, sem estigmatização. Para garantir a inclusão, é essencial que todos os alunos tenham oportunidade de frequentar uma escola regular e receber uma educação de alto padrão. Conforme apontado por Mittler (2003), um marco importante para a inclusão ocorreu em junho de 1994, durante a Declaração de Salamanca na Espanha, realizada pela UNESCO na Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais: Acesso e Qualidade, que contou com a participação de 92 países. Este documento ressalta que:

Os programas de estudos devem ser adaptados às necessidades da criança e não o contrário. As escolas deverão, por conseguinte, oferecer opções curriculares que se adaptem às crianças com capacidade e interesses diferentes (Declaração de Salamanca, 1994, p. 33).

A Declaração de Salamanca, emitida em 1994, marcou um avanço significativo na integração da pessoa com deficiência na estrutura educacional convencional. Ela reforçou a importância não apenas do acesso, mas também da permanência desses alunos em todos os níveis de ensino, enquanto respeita sua singularidade e pertencimento social.

A declaração enfatizou que as diferenças são parte natural da condição humana e que a escola deve reconhecer e valorizar essa diversidade, implementando as adaptações necessárias para atender às necessidades de aprendizagem individuais de cada aluno dentro do processo educativo.

A partir da promulgação da Declaração de Salamanca, o Brasil iniciou um amplo debate sobre a inclusão educacional. O documento introduziu uma abordagem inovadora para a educação especial, reconhecendo cada criança como única em suas características, interesses, habilidades e necessidades. Portanto, todas as crianças têm o direito fundamental à educação e à oportunidade de alcançar e manter um nível adequado de aprendizagem. A declaração afirmou que os alunos com necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola regular, e essa escola deve adotar uma pedagogia centrada na criança, capaz de atender a tais necessidades de forma eficaz (Salamanca, 1994, p. 1 e 2).

A implementação de uma escola inclusiva é um processo de extrema relevância para o progresso de uma sociedade que busca ser verdadeiramente inclusiva, abraçando a diversidade humana, reconhecendo e valorizando as diferenças, e proporcionando igualdade de oportunidades de qualidade na educação e na interação social. A visão de uma escola inclusiva implica que as instituições de ensino regular devem acolher todos os alunos sem distinção, demandando um comprometimento integral de todos os envolvidos no processo educativo para garantir a aprendizagem dos estudantes com necessidades especiais.

Conforme Mendes (2001, p. 28) explana, a concepção da inclusão está enraizada em uma filosofia que reconhece e valoriza a diversidade existente na convivência em sociedade. Isso implica assegurar que todas as pessoas tenham acesso equitativo a todas as oportunidades, independentemente das características individuais que possam possuir dentro do contexto social.

A ideia de uma escola regular que seja inclusiva e capaz de atender às necessidades de todas as crianças é um princípio delineado na Declaração de Salamanca. Tal declaração visa erradicar as práticas discriminatórias e fomentar a criação de comunidades inclusivas, as quais não apenas se mostram como um modelo mais justo socialmente, mas também são economicamente vantajosas. Destaca-se que tais escolas oferecem uma educação de qualidade para a maioria das crianças, além de aprimorarem a eficiência e, em última análise, reduzirem os custos gerais do sistema educacional.

Atualmente, o tema da educação inclusiva ocupa um espaço central nos debates educacionais do país. Nunca se discutiu com tanta intensidade o princípio constitucional da igualdade de oportunidades de acesso e permanência na escola. Isso implica na urgência de mudar conceitos antiquados de normalidade e padrões de aprendizagem, ao mesmo tempo em que é promover novos valores nas instituições de ensino, valores estes que abracem a noção de cidadania, garantam o acesso universal à educação e assegurem o direito de todas as crianças, jovens e adultos de participar plenamente em todos os aspectos da vida social (DUTRA, 2006, p. 3). No Brasil, há uma profusão de leis e regulamentos, e o campo da Educação Especial não é exceção. No entanto, a efetivação do processo de inclusão vai além do respaldo legal. De acordo com Bueno (1993), é imprescindível considerar o contexto socioeconômico, realizar um planejamento contínuo e realizar avaliações constantes. Em outras palavras, essa transformação depende da mudança de valores em toda a sociedade.

O aspecto revolucionário da Declaração de Salamanca está na retomada das discussões sobre as implicações e direcionamentos fundamentais para a formulação e reforma das políticas e sistemas educacionais. Mais importante ainda, proporcionou uma oportunidade única para colocar a educação especial como parte integrante da estrutura de "educação para todos". Esta declaração estabeleceu uma base que reforça o princípio e promove a discussão sobre a prática de inclusão das crianças com necessidades educacionais especiais nesses programas, garantindo-lhes seu lugar de direito em uma sociedade centrada na aprendizagem.

Ademais, de acordo com Santos (2000, p. 5):

O conceito de necessidades educacionais especiais passou a incluir, além das crianças portadoras de deficiência, aquelas que estejam experimentando dificuldades temporárias ou permanentes na escola, as que estejam repetindo continuamente o ano escolar, as que sejam forçadas a trabalhar, as que vivem nas ruas ou que moram distantes de qualquer escola, as que vivem em condições de extrema pobreza ou que sejam desnutridas, as que sejam vítimas de guerras e conflitos armados, as que sofrem de abusos contínuos físicos, emocionais e sexuais, ou as que estão fora da escola, por qualquer motivo que seja.

Contudo, diante do fato de que a maioria dos professores possui pouco ou nenhum treinamento pedagógico para lidar com a diversidade de necessidades de aprendizagem em ambientes inclusivos, torna-se essencial realizar estudos aprofundados sobre as percepções e concepções dos educadores acerca da participação de alunos com necessidades especiais nas salas de aula regulares. Conforme salientado por Rodrigues (2003, p. 13), "o atendimento das diversas necessidades educacionais dos alunos é, sem dúvida, o desafio mais significativo que os professores enfrentam nos dias de hoje".

O marco é a promulgação da Lei nº 13.146/2015, também conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência, foi promulgada para instituir a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. O Brasil ratificou a Convenção de Nova York em 2007, um tratado de direitos humanos cujos efeitos têm o status de emenda constitucional. O objetivo do Estatuto da Pessoa com Deficiência é regulamentar as disposições da referida Convenção, como é evidente ao analisar o artigo 1º:

É instituída a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania (Brasil, 2015, p.).

A formação de professores emerge como uma questão de destaque e relevância na contemporaneidade, especialmente quando contextualizada dentro do âmbito da educação inclusiva. Este tema tem sido objeto de preocupação constante entre acadêmicos que se dedicam ao estudo e pesquisa nesse campo, bem como tem se tornado foco de diversas políticas públicas voltadas para a educação.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, promulgada pelo governo brasileiro em 2007, representa um marco nesse cenário, pois orienta os sistemas de ensino no sentido da promoção de respostas efetivas às necessidades educacionais especiais. Nos últimos anos, houve avanços significativos no que diz respeito à capacitação de professores no Brasil. Esses avanços não se limitaram apenas à esfera legislativa, mas também incluíram um aumento na produção de conhecimento acadêmico relacionado ao tema.

No contexto legislativo, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB 9394/96), aprovada em 20 de dezembro de 1996, emerge como um marco jurídico-institucional. O propósito desta lei foi iniciar um processo de transformação em todos os níveis do sistema educacional, os quais foram reorganizados em educação básica – englobando a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio – e ensino superior. Um dos aspectos destacados da LDB é o seu capítulo dedicado à formação de professores, no qual são delineados os princípios metodológicos, os diversos tipos e modalidades de ensino, bem como as instituições responsáveis pela oferta de cursos de formação inicial dos docentes. Além disso, o artigo 13 da LDB estabelece as atribuições dos professores, independentemente do nível de ensino em que atuem.

Essa política enfatiza a importância da formação adequada dos professores para o atendimento educacional especializado, bem como ressalta a necessidade de capacitação dos demais profissionais da educação para lidar com a inclusão escolar. Nesse sentido, a formação dos docentes torna-se um elemento para a efetiva implementação da educação inclusiva, pois são eles os principais agentes responsáveis pela promoção do aprendizado e pelo desenvolvimento dos alunos em ambiente escolar.

Através da implementação da Política Nacional de Educação Inclusiva, busca-se promover a acessibilidade universal na educação, garantindo que todos, inclusive às Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais, tenham acesso aos recursos e oportunidades educacionais necessários.

No entanto, em países como o Brasil, onde existem notáveis disparidades sociais e culturais, ainda persistem atitudes discriminatórias que dificultam a efetiva inclusão.

Atualmente, devido à pressão exercida pelos movimentos sociais, há uma crescente preocupação em tornar a sociedade mais inclusiva e equitativa. Conseqüentemente, está em curso uma discussão e demanda por medidas que eliminem as barreiras físicas que limitam a liberdade de locomoção das pessoas com necessidades especiais. Essas ações revelam a persistência da discriminação e do preconceito enraizados na sociedade, destacando a necessidade urgente de mudanças estruturais e culturais para alcançar uma verdadeira inclusão e igualdade de oportunidades para todos.

Ao fornecer formação especializada aos professores, as instituições de ensino capacitam esses profissionais para lidar de forma eficaz com a diversidade de alunos presentes em suas salas de aula, incluindo aqueles com necessidades educacionais especiais. Isso inclui o desenvolvimento de competências pedagógicas específicas, a compreensão das diferentes formas de aprendizagem e a adoção de práticas inclusivas que valorizem a participação e o progresso de todos os estudantes.

Além disso, a formação dos professores para a educação inclusiva não se limita apenas ao aspecto técnico-pedagógico, mas também engloba uma perspectiva mais ampla e sensível às questões sociais, culturais e emocionais dos alunos. Isso implica em desenvolver uma postura reflexiva e crítica por parte dos educadores, capaz de reconhecer e combater preconceitos, estereótipos e barreiras que possam limitar a participação plena dos estudantes na vida escolar.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) no 9.394/96, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, prevê a formação de professores para o atendimento às necessidades educacionais especiais, garantindo o acesso, a participação e a aprendizagem de todos os alunos, conforme suas características individuais (Brasil, 1996).

Nas últimas décadas, temos testemunhado mudanças significativas nos âmbitos político, social e educacional, impulsionadas pelos avanços notáveis na ciência e tecnologia. Esses avanços proporcionaram novas ferramentas e oportunidades que levaram a sociedade a reconsiderar sua abordagem em relação aos alunos com necessidades especiais (PNEE), adotando um novo ponto de vista.

Congressos internacionais, apoiados pela UNESCO, desempenharam um papel na formulação de uma política educacional global mais inclusiva, menos discriminatória e mais aberta. Documentos importantes como a Convenção sobre os Direitos da Criança (1988), a Declaração de Jomtien sobre Educação para Todos (1990) e a Declaração de Salamanca (1994) estabeleceram bases sólidas para essa mudança. Especialmente a partir da Conferência Mundial sobre Educação para Todos e da Declaração de Salamanca, os princípios de reformulação do sistema educacional como um todo foram amplamente debatidos e implementados, desencadeando uma verdadeira revolução no campo da educação. Esses documentos internacionais ressaltam a importância da inclusão social como o caminho mais eficaz para a implementação da Educação Inclusiva. Ao focar a inclusão, eles reconhecem a necessidade de garantir que todos os alunos, independentemente de suas características individuais, tenham acesso a uma educação de qualidade em ambientes educacionais inclusivos. Essa abordagem não apenas promove a equidade e a justiça social, mas também contribui para o desenvolvimento global da sociedade, capacitando todos os membros a participarem plenamente da vida comunitária e contribuírem para o progresso coletivo.

A Resolução CNE/CP no 2 de julho de 2015 (BRASIL, 2015), também representa um marco importante no contexto da formação de professores no Brasil, ao definir as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior. Esta resolução, que abrange cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura, estabelece a obrigatoriedade de inclusão de conteúdos específicos de Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) e educação especial nos currículos das instituições de ensino superior.

A inclusão desses conteúdos é fundamental para capacitar os futuros educadores a lidarem de forma eficaz com a diversidade presente nas salas de aula, incluindo alunos surdos e com necessidades educacionais especiais. A formação em LIBRAS é extremamente relevante para promover a comunicação e a interação com estudantes surdos, garantindo assim o acesso pleno ao processo educacional. Por outro lado, a inclusão da educação especial no currículo prepara os professores para compreenderem as diferentes necessidades e potencialidades dos alunos, bem como para desenvolverem práticas pedagógicas inclusivas que atendam a todos.

3.2 A educação inclusiva e a formação de professores/as

A garantia do direito à educação para todos implica na necessidade de profissionais devidamente qualificados para atender às diversas necessidades dos/as alunos/as. Nessa perspectiva, Mittler (2003, p. 25) conceitua a Educação Inclusiva como um processo que visa possibilitar a participação plena dos/as alunos/as no ambiente educacional, garantindo que todos tenham acesso igualitário a todas as oportunidades educacionais e sociais proporcionadas pela escola.

A Educação Inclusiva não se limita apenas a um sistema de ensino que acolhe alunos/as com deficiência, mas vai além, abrangendo todas as formas de diversidade presentes em uma comunidade escolar, sejam elas de natureza étnica, cultural, socioeconômica ou de aprendizado. É um compromisso com a equidade, onde se reconhece e valoriza a singularidade de cada indivíduo, promovendo a construção de um ambiente educacional verdadeiramente inclusivo.

Para que a Educação Inclusiva seja efetiva, é imprescindível que os profissionais da educação estejam devidamente preparados para lidar com as demandas apresentadas pelos/as alunos/as. Isso envolve não apenas o conhecimento técnico sobre adaptações curriculares e metodológicas, mas também uma postura empática, acolhedora e sensível às particularidades de cada aluno/a.

Além disso, é fundamental que haja um investimento contínuo com recursos e infraestrutura adequados, que possibilitem a plena participação de todos/as os/as alunos/as no processo educativo. Isso inclui desde a disponibilidade de materiais didáticos acessíveis até a oferta de apoio especializado, como recursos de tecnologia assistiva e acompanhamento por profissionais de apoio pedagógico.

Ao garantir uma Educação Inclusiva de qualidade, não apenas estamos cumprindo com o direito de todos/as à educação, mas também estamos contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, onde a diversidade é valorizada e celebrada como uma riqueza a ser compartilhada por todos.

A constante formação dos profissionais da educação oferece a oportunidade de aprimorarem seus conhecimentos e expandirem sua compreensão no exercício da prática pedagógica, promovendo uma reflexão contínua sobre o que se sabe e o que se ensina, caracterizando assim o ciclo de ação-reflexão-ação. Sendo assim a Educação Inclusiva, integrada ao âmago do sistema educacional, é construída por meio de uma abordagem interdisciplinar que envolve ao/as alunos/as, famílias,

professores/as e outros membros da equipe escolar, bem como profissionais da saúde dedicados aos alunos/as com alguma deficiência. Esses profissionais refletem e buscam recursos para garantir o direito de todos os/as alunos/as, em um processo contínuo de desenvolvimento profissional.

É fundamental reconhecer que a formação dos/as professores/as do Atendimento Educacional Especializado (AEE), seja ela contínua ou permanente, influencia diretamente sua prática pedagógica, proporcionando meios de colaborar com os/as professores/as do ensino regular e as famílias na elaboração de propostas educativas que permitam aos alunos/as desenvolver habilidades de forma autônoma. Essas propostas educativas são fundamentais para que os/as alunos/as possam "aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver juntos, aprender a ser", conforme proposto por Delors (1998, p. 90), em um ambiente socialmente construído livre de discriminação ou preconceito.

Já a Educação Especial é uma componente integrante do sistema educacional, conforme definido pela Lei 9394/96. Ela é considerada uma modalidade de ensino escolar oferecida principalmente dentro da rede regular de ensino para alunos/as com necessidades educacionais especiais (PNEE), como aqueles com deficiências físicas, auditivas, visuais, autismo, altas habilidades, entre outros, como segue:

A política de Educação Especial, calcada no direito de todos à educação, sem discriminações, estabelece um elenco de objetivos e de diretrizes, consentâneos com a avaliação da conjuntura brasileira atual, tendo como finalidade a formação de cidadãos conscientes e participativos (MEC, 1994, p. 132).

O movimento em direção à inclusão nas escolas tem sido fortalecido pela política de Educação Especial proposta pelo Ministério da Educação (MEC). Esse impulso tem gerado um impacto significativo entre os/as professores/as do ensino regular, os quais têm sido levados a repensar suas práticas educativas.

Isso tem revelado o papel que a educação desempenha na construção de uma sociedade mais justa, livre, igualitária e acolhedora para todos os seus membros.

Apesar da Política Nacional de Educação Especial estabelecer e garantir o direito à educação para todos/as, ainda persistem resquícios de fatores históricos ligados a um sistema dominante. Historicamente, pessoas com deficiências eram segregadas e socialmente excluídas, muitas vezes consideradas como possuídas por maus espíritos. No contexto educacional, recebiam atendimento em locais isolados, muitas vezes geridos por instituições religiosas ou pelo governo, porém sem um

controle adequado. Isso resultava em uma vida de isolamento para muitos, privados de interações sociais significativas devido à sua condição.

Essa realidade ressalta a importância de superar esses padrões históricos e promover uma educação verdadeiramente inclusiva. É fundamental que se rompam com essas práticas segregacionistas do passado, proporcionando um ambiente educacional que promova a inclusão plena de todos os/as alunos/as na sociedade. Isso implica não apenas garantir o acesso à educação, mas também criar ambientes escolares que valorizem a diversidade, promovam o respeito mútuo e ofereçam apoio individualizado quando necessário.

A educação desempenha um papel fundamental na integração dos alunos com necessidades especiais (PNEE) em diferentes contextos, promovendo mudanças significativas tanto no processo de ensino e aprendizagem quanto na concepção da Educação Inclusiva. Conforme destacado por estudiosos/as como Mantoan (1998), a inclusão é compatível com a ideia de uma educação acessível a todos e com a provisão de um ensino personalizado para cada aluno. No entanto, implementar essa abordagem inclusiva requer enfrentar um desafio ainda maior: lidar com aspectos relacionados ao fator humano.

É fundamental compreender que a eficácia de um processo educacional de qualidade vai além dos recursos físicos e materiais disponíveis. São necessárias novas atitudes e formas de interação na escola, exigindo mudanças nos relacionamentos pessoais e sociais, bem como na abordagem do ensino e da aprendizagem. Nesse sentido, a formação adequada do profissional da educação é, assim como o suporte às famílias envolvidas. É essencial que aqueles diretamente envolvidos nas mudanças sejam devidamente apoiados e capacitados, de modo que as transformações não sejam impostas, mas sejam resultado de uma compreensão mais ampla e evoluída da educação e do desenvolvimento humano.

Portanto, é imprescindível refletir sobre estratégias que se traduzam em ações tangíveis para a formação profissional e o apoio contínuo aos envolvidos no processo educacional inclusivo. Somente assim será possível garantir que todos/as os/as alunos/as, independentemente de suas necessidades individuais, tenham acesso a uma educação de qualidade e sejam plenamente integrados na sociedade.

Para atender às demandas do cenário educacional em constante transformação, as universidades precisam reavaliar e ajustar seus programas de formação de professores/as. Isso envolve pesquisar, estudar e redefinir os paradigmas educacionais, além de revisar as estratégias e conteúdo de ensino. O

objetivo é preparar os/as professores/as para lidar com a diversidade presente nas salas de aula, pois o sucesso da Educação Inclusiva depende da participação de todos os envolvidos no processo, que devem compartilhar atitudes e valores voltados para uma abordagem educacional coletiva e criativa.

É essencial que a formação dos/as professores/as leve em consideração a reflexão sobre os valores fundamentais da educação, a experiência interdisciplinar, o trabalho colaborativo em equipe, a pesquisa e o desenvolvimento de habilidades. Portanto, como já destacado anteriormente, os/as professores/as devem ser capazes de ir além da mera reprodução do conhecimento, possuindo a convicção de que todos os/as alunos/as têm potencial para aprender. Eles devem estar comprometidos com o sucesso de cada aluno/a e ter a habilidade de apresentar os conteúdos de forma envolvente, despertando o prazer pela aprendizagem.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A sociedade contemporânea apresenta demandas diversas em relação à educação, e dentre essas demandas, a inclusão assume um papel de destaque. Ela representa uma oportunidade para a escola se adaptar aos tempos modernos, tornando-se um espaço propício para a troca de ideias e experiências individuais. Nesse ambiente, alunos e professores são incentivados a interagir, participar ativamente e transformar as experiências sociais em oportunidades de aprendizado significativo. A inclusão, portanto, não apenas atende às necessidades da sociedade em constante evolução, mas também promove uma educação mais rica, diversificada e inclusiva, preparando os indivíduos para enfrentar os desafios do mundo contemporâneo com respeito, empatia e compreensão mútua.

No contexto da Educação Especial, a emergência da proposta de Educação Inclusiva, embasada em princípios e legislações que reconhecem a importância de uma educação acessível a todos, destaca claramente que a renovação pedagógica requer, antes de tudo, uma adaptação da sociedade e da escola para atender às necessidades dos alunos com deficiência, e não o contrário. Além disso, enfatiza a necessidade de uma preparação adequada para os professores, que são considerados os agentes essenciais na condução da transformação da escola. É que esses profissionais sejam capacitados de forma a gerenciar eficazmente o acesso dos alunos às informações e conhecimentos, promovendo assim um ambiente de aprendizado inclusivo e enriquecedor para todos.

Atualmente, observa-se que a formação dos professores não os prepara adequadamente para lidar com a diversidade encontrada na Educação Especial. Em vez disso, a formação muitas vezes se concentra em áreas específicas, como deficiência mental, auditiva, visual, física, entre outras, o que frequentemente resulta na resistência de alguns professores em adotar práticas educacionais inovadoras, como a inclusão. Esses professores podem considerar a ideia de uma educação acessível a todos como válida, porém impraticável, dadas as limitações de recursos e as condições enfrentadas nas escolas públicas.

Essa resistência destaca a necessidade urgente de os professores se capacitarem e estarem dispostos a aceitar a inclusão como parte integrante de sua prática educacional. Ao fazê-lo, podem transformar suas salas de aula em ambientes propícios à construção do conhecimento, tanto para os alunos com necessidades especiais quanto para os demais. É fundamental que os professores reconheçam a

importância da diversidade e estejam dispostos a adaptar suas abordagens pedagógicas para atender às necessidades individuais de cada aluno, garantindo assim uma educação inclusiva e de qualidade para todos.

É evidente que a Educação Inclusiva, aliada à adoção de novas abordagens pedagógicas, especialmente com o uso da tecnologia, tem um impacto significativo na formação e na atuação tanto dos professores quanto dos alunos. Um aspecto primordial a ser destacado é que a formação dos professores passa a ser um processo contínuo e em constante evolução. Na transformação da dinâmica da sala de aula, o professor assume um papel de mediador, pesquisador e motivador, colaborando ativamente no processo de aprendizagem dos alunos. Por sua vez, os alunos passam a desempenhar um papel mais ativo no processo de aquisição e construção de conhecimento. Ao assumirem responsabilidades e elaborarem autonomamente seus projetos de vida, atribuem novos significados às situações apresentadas. Isso demonstra que a Educação Inclusiva, ao promover a participação ativa dos alunos e ao adaptar as práticas pedagógicas às suas necessidades individuais, possibilita uma experiência educacional mais enriquecedora e significativa para todos os envolvidos.

Por sua vez, é responsabilidade do professor adotar uma abordagem pedagógica que valorize e promova as diferenças individuais de cada aluno, contribuindo para o bem-estar social e a inclusão. Isso implica em uma mudança de paradigma no ensino, que reconhece a diversidade como um recurso enriquecedor e busca proporcionar um ambiente de aprendizagem que seja acolhedor e acessível a todos os estudantes. Ao fazê-lo, o professor desempenha um papel fundamental na construção de uma sociedade mais inclusiva e justa.

Neste sentido,

(...) as atitudes dos professores e da sociedade são fundamentais para realizar as reformas que se projetam. Na atitude dos professores perante as reformas e no apoio da sociedade está a chave para as levar a bom termo. Sem o seu incondicional apoio não passarão do terreno das disposições legais ao terreno da realidade: o trabalho quotidiano nas salas de aula (Esteve, 1991, p. 96).

Diante do cenário atual, é evidente que a sociedade passou por transformações significativas, impulsionadas pelo avanço tecnológico e pelas descobertas científicas. Essas mudanças têm gerado novas demandas e exigências, destacando a necessidade de uma educação de qualidade e de professores capacitados para lidar com os desafios emergentes e propor soluções eficazes.

Nos dias de hoje, a sociedade está cada vez mais interconectada e dinâmica, demandando uma abordagem educacional que esteja alinhada com as demandas do mundo contemporâneo. Nesse contexto, os professores desempenham um papel

como agentes de transformação, responsáveis por preparar os alunos para os desafios do século XXI.

Portanto, é fundamental que a formação dos professores incorpore as competências necessárias para enfrentar os novos paradigmas da educação, incluindo habilidades tecnológicas, adaptabilidade, criatividade e empatia. Somente dessa forma será possível garantir uma educação de qualidade que prepare os alunos não apenas para o mercado de trabalho, mas também para uma participação ativa e significativa na sociedade atual e futura.

REFERÊNCIAS

ANDRÉ, Marli E. D. **Etnografia da prática escolar**. Campinas: Papyrus, 1995.

BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)**. Presidência da República; Casa Civil. Brasília, DF, 2015, 6 jul. 2015a.

BRASIL. **Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva**. Ministério da Educação / SECADI. Documento elaborado pelo Grupo de Trabalho nomeado pela Portaria Ministerial nº 555, de 5 de junho de 2007, prorrogada pela Portaria nº 948, de 09 de outubro de 2007. Brasília, DF.

BRASIL. Resolução nº 2, de 1º de julho de 2015. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2 de jul. de 2015b.

BRASIL. **Secretaria de Educação Especial. Tendências e desafios da educação especial**. Org. Eunice M. L. Soriano de Alencar. Brasília: SEESP, 1994

COORDENADORIA NACIONAL PARA INTEGRAÇÃO DA PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília: CORDE, 1994

MAGALHÃES, Rita de Cássia B. P. Desenvolvimento de políticas públicas e inclusão escolar. Natal: Editora da UFRN, 2011b.

MAGALHÃES, Rita de Cássia B.; LIMA, Ana Paula H. **Perfil de professores de educação especial: dilemas e desafios na construção da escola inclusiva.** Revista Eccos, São Paulo, v. 6, n. 1, p. 85-98, 2004.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Compreendendo a deficiência mental: novos caminhos educacionais.** São Paulo: Scipione, 1988

MENDES, Gilmara B. C. N. **Inclusão e Docência na Educação Infantil: um estudo de caso na perspectiva walloniana.** 2009. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2009.

MITTLER, Peter. **Educação inclusiva: contextos sociais /Peter Mittler;** Trad. Windyz Brazão Ferreira. - Porto Alegre: Artimed, 2003.

RODRIGUES, Armino J. [et al.] In **Educação especial: do querer ao fazer.** Organizadoras Maria Luiza Sprovieri Ribeiro, Roseli Cecília Rocha de Carvalho Baumel (Orgs.). São Paulo: Avercamp, 2003.

SOUZA, E. C. O **Conhecimento de Si: Narrativas do Itinerário Escolar e Formação de professores. Tese** (Doutorado em Educação), Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Educação, Bahia, Brasil, 2004.

UNESCO, **Declaração de Salamanca,** Espanha, 1994.

UNESCO, **Declaração Mundial sobre Educação para Todos,** Jomtien, Tailândia, 1990.

APÊNDICE A - Questionário Professores

Idade _____ sexo _____

Formação profissional: _____

Tempo de formação: _____

Possui alguma pós-graduação? _____.

Qual? _____

Tempo de atuação profissional? _____

Ano / série que leciona: _____

1. Você tem ou já teve algum aluno com alguma deficiência?
2. Você já participou de alguma formação docente para educação especial ofertada pela escola a qual você faz parte? O que você sugere?
3. Você já participou de alguma formação docente para educação especial ofertada pela secretaria de educação do município ao qual você faz parte?
Como você acha que deveria ser ofertado por parte da secretaria de educação do município a formação docente para educação especial?
4. Qual a importância de uma formação significativa e continuada para os professores, no que se refere a educação inclusiva e educação especial?
5. Quais as contribuições uma formação docente para educação inclusiva e educação especial podem lhe acrescentar melhorias no seu trabalho pedagógico na sala de aula?

APÊNDICE B - TCLE



Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Prezado (a) participante

A presente pesquisa objetiva investigar o processo de formação continuada de professores para Educação Inclusiva e Educação Especial.

Desenvolvida por Odair Lima Maciel, aluno do Curso de Graduação em Pedagogia do Centro de Ciências de Codó – CCCO, da Universidade Federal do Maranhão – UFMA, por favor, leia atentamente o questionário e responda conforme seu julgamento, sem deixar qualquer das questões em branco. Esclarecemos que não existem respostas certas ou erradas, assim, é importante para o desenvolvimento adequado deste estudo que seja o mais sincero/a possível. Para que você possa respondê-lo com a máxima sinceridade e liberdade. Vale salientar que lhe garantimos total anonimato e confidencialidade de todas as suas respostas. Sua participação é voluntária e, desta forma, faz-se necessário documentar seu consentimento. Por fim, nos colocamos à sua inteira disposição para esclarecer qualquer dúvida que necessite.

Desde já, agradecemos sua colaboração.

Aluno (a) pesquisador (a):

Contato:

E-mail:

Termo de Consentimento

Assinando este termo, estou concordando em participar da pesquisa acima mencionado, sob a coordenação do Prof. Dr. Aziel A. de Arruda, estando ciente de que os dados fornecidos poderão ser utilizados para fins científico-acadêmicos.

Codó, _____ de outubro de 2023

Assinatura do participante



Solicitação de Autorização para Pesquisa Acadêmica científica

Prezado (a) Senhor (a) _____

Solicitamos autorização para realização de uma pesquisa integrante do Trabalho de Conclusão de Curso – TCC, modalidade monografia, do (a) discente: Odair Lima Maciel, orientado (a) pelo Prof. Dr. Aziel A. de Arruda, tendo como título “**Entre Teorias e Práticas: A Relevância da Formação Docente na Educação Especial em pauta na Unidade de Ensino Faustina Araújo**”

A coleta de dados será feita por meio de Pesquisa de Campo e aplicação de um questionário para o corpo docente.

Salientamos que todos os dados e informações necessárias para pesquisa serão previamente submetidos à aprovação do responsável.

A presente atividade é requisito para conclusão do Curso de Licenciatura em Pedagogia do Centro de Ciências de Codó – CCCO, da Universidade Federal do Maranhão – UFMA.

Desde já, agradecemos sua colaboração.

Aluno (a) pesquisador (a):

Contato:

E-mail: